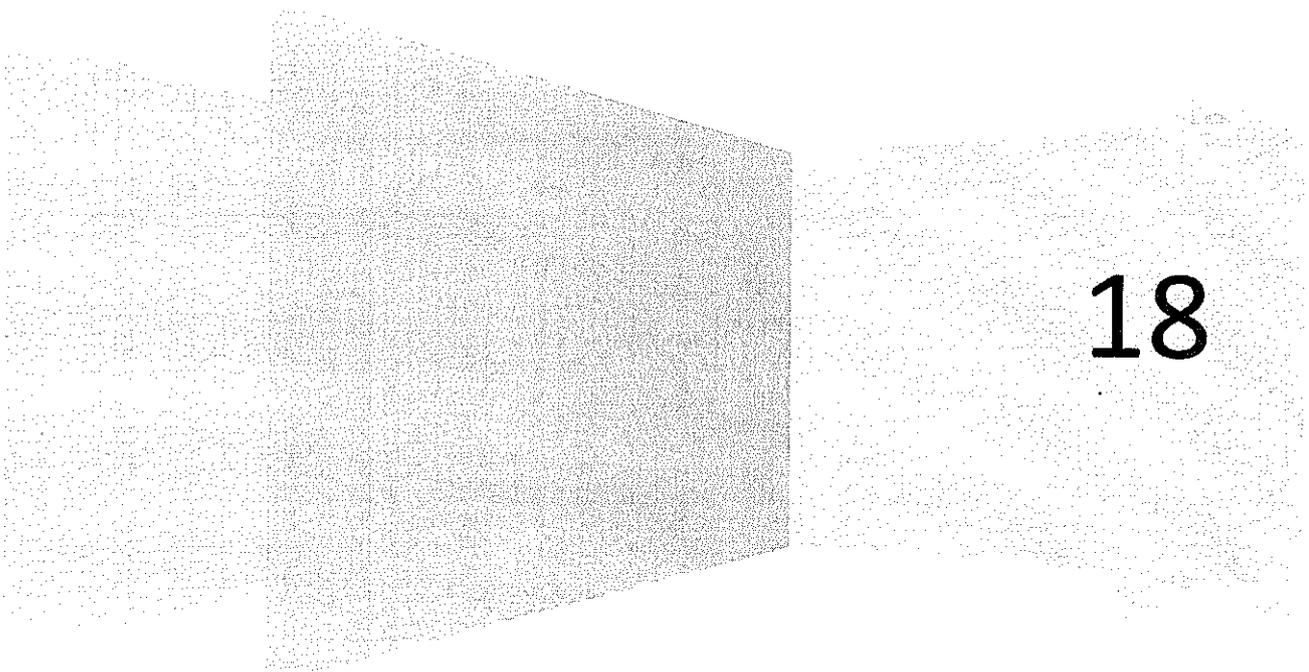


Santa Casa Misericórdia de Rosmaninhal

Apresentação de contas 2018



18

A Santa Casa da Misericórdia do Rosmaninhal

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Exas. o Relatório de Contas do Exercício Económico do ano 2018 que decorreu no período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro.

A Direção desta Santa Casa da Misericórdia pretende assim, apresentar aos seus irmãos, utentes e simpatizantes, de forma transparente e rigorosa todos os movimentos realizados ao longo do ano referente às receitas e despesas que foram necessárias para o bom funcionamento da Instituição.

Assim, para uma melhor compreensão e análise dos movimentos realizados, esta, optou ao longo do ano pelo sistema de Contabilidade Organizada.

Desta forma passamos a explicar o Balanço e a Demonstração de Resultados Obtidos no exercício de 2018

Sendo as contas compostas por:

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração das Alterações aos fundos Patrimoniais

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo as demonstrações financeiras.

Análise ao Balanço

Ativo

Ativo não corrente

Ativos Fixos Tangíveis

A classe dos Ativos Fixos Tangíveis perfaz na sua totalidade o valor de **552.918,57€**, correspondendo:

Classificação	Ativo Bruto	Depreciações	Ativo Líquido
4331- Terrenos	0	0	0
4332 - Edifícios	983.404,87	437.182,39	546.222,48
4333 – Eq. Basic	128.056,62	126.339,38	1.717,24
4334 – Eq. Trans.	56.793,27	56.793,27	0,00
4335 – Eq. Adm.	9.742,84	8.961,04	781,80
4337 – Out Acti.	29.183,50	24.986,45	4.197,05
Total	1.207.181,10	654.262,53	552.918,57

4331 – Terrenos – 0,00€

4332 – Edifícios – 546.222,48€

□ 4333 – Equipamento Básico – 1.717,24€;

□ 4334 - Equipamento de Transporte – 0,00€;

□ 4335 - Equipamento Administrativo – 781,80€;

□ 4337 – Outros Ativos Fixos Tangíveis (ferramentas e utensílios) – 4.197,05€;

As depreciações acumuladas dos bens mencionados, tidas em conta no exercício, foram calculadas segundo o método de Linha Reta, utilizando para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro. Assim, o valor das depreciações acumuladas perfaz um total de 654.262,53€, valor que se reflete na conta 4338.

Outros ativos financeiros – regista o valor de 2.311,40€, referente ao acumulado no Fundo Compensação do Trabalho.

Ativo corrente

Inventários

A conta 33 – Matérias-primas - Existências, apresenta um saldo de **682,07€**, que representa o que existe em mercadorias a 31 de Dezembro de 2018.

A conta 21 – Clientes/utentes – regista um valor de **1.262,60€**

A conta 24 – Estado e outros Entes Públicos, aqui está refletido o valor de IVA suportado, reembolsável, da alimentação de **2.282,49€**.

A conta 28 – Deferimentos, regista um saldo de **317,20€**, referente aos duodécimos não vencidos de seguros.

A conta 27 – Outros contas a receber, aqui aparece refletido, adiantamento a fornecedores no valor de **30.089,19€**, a destacar uma garantia bancária no valor de 28.394,35€.

A classe de Disponibilidades é constituída na sua totalidade pelo valor de **7.330,49€**, subdividindo-se nas contas:

111 - Caixa – saldo a débito no valor de 2.816,49€;

1201 – Depósitos à Ordem – CGD (68030) – com um saldo de 4.127,92€.

1202 - Depósito à Ordem CCAM (7711) - com um saldo de 32.99€.

1203 – Depósito à Ordem CCAM (6270) – com um saldo de 279,38€

1205 – Depósito a Prazo CCAM (76730) – com um saldo de 73,71€.

Assim temos um total do Ativo no valor de **597.194,01€**.

Capital Próprio e Passivo

Capital Próprio

511- Capital realizado – Fundos Patrimoniais, **143.628,52€**

561 – Resultados Transitados – reflectem o valor de **-324.383,18€**, resultado obtido através da transferência do Resultado Líquido do Exercício dos anos anteriores.

593 – Outras variações dos fundos Patrimoniais **544.841,85€**, referente aos subsídios para investimento que ainda faltam afetar aos imobilizados correspondentes

818 – Resultado Líquido do Exercício – resultado do ano 2018, no valor de **78.825,39€**,

Total do capital próprio – **442.912,58€**

Passivo

Passivo corrente

A conta 27 – Outros contas a pagar, regista um valor de **74.314,64€**, onde se destaca, Credores por acréscimo de gastos 37.122,45€, caução COFRAL 28.394,36€.

Conta 2211 - Fornecedores Conta Correntes no Mercado Nacional – **62.892,21€**.

A conta 24 – Estado e outros Entes Públicos, aqui está refletido o valor em dívida de **15.334,87€**, correspondente à Segurança Social de Novembro e Dezembro e IRS, pagos em Janeiro 2018.

A conta 27 – Outros passivos, regista um valor de **1.793,71€**, dos quais 1.500,00€ são adiantamento de clientes.

Total do Passivo – **154.281,43€**

Total do Capital Próprio e do Passivo – **597.194,01€**

Análise à Demonstração dos Resultados

Custos e Perdas

A rubrica Gastos, reflete todos os movimentos de custos suportados pela Instituição no exercício da sua atividade durante o ano de 2018.

A Conta 6162 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas de Matérias Subsidiárias – perfaz o total de **45.741,22€** referentes às matérias-primas consumidas na confeção das refeições dos seus utentes.

A Conta 62 - Fornecimentos e Serviços Externos reflete na sua totalidade o valor de **138.803,12€**, dos quais destacamos:

Subcontratos Alimentação	38.986,22
Trabalhos Especializados	5.435,02€
Honorários	9.799,86€
Conservação e reparação	6.741,61€
Serviços bancários	869,64€
Ferramentas e utensílios	4.188,68€
Material de escritório	2.104,85€
Material farmacêutico	2.369,11€
Eletricidade	18.672,73€
Gasóleo	3.840,57€
Gás	7.556,61€
Água	4.796,98€
Comunicação	2.825,76€
Seguros	2.220,31€
Limpeza, higiene e Conforto	14.017,20€

(Euros)

A Conta 63 – Gastos com o Pessoal, perfaz o valor total de **264.183,57€**, encontrando-se incluído nesta rubrica as Remunerações do Pessoal, 211.826,54€, os Encargos sobre Remunerações para o Sistema da Segurança Social 47.176,47, os Encargos com os Seguros de Acidentes de Trabalho.

A Conta 64 – Depreciações e Amortizações do Exercício, reflete as amortizações consideradas no presente exercício, sendo o seu valor de **56.021,07€**.

Conta 68 – Outros gastos e perdas, totalizou o valor de **1.013,57€**, de referir quotizações 480,00€ e penalidades no valor de 468,44€

A conta 69 – Juros e gastos similares suportados registou **629,37€**

Assim sendo o total dos Gastos suportados foi de **506 391,92€**.

Proveitos e Ganhos

A rubrica Proveitos e Ganhos, reflete todos os movimentos que aumentaram a situação líquida da Instituição no decorrer da sua atividade.

A Conta 72 - Prestação de Serviços, evidencia um total de **236.748,65€**, obtidos pelas receitas indicadas:

7.875,00€ - Mensalidades do Centro de Dia;

44.873,57€ - Mensalidades do Apoio Domiciliário;

171.140,00€ - Mensalidades Lar

12.860,10€ - Quotas e Serviços Sociais;

A Conta 75 - Subsídios à exploração, perfaz a totalidade de **276.089,79€** que foram atribuídos pela Segurança Social pelo IEFP, assim como os Donativos.

Centro de Dia – 7.270,88€

Apoio Domiciliário – 83.102,69€

Lar – 66.722,70€

IEFP – 2.514,25€

Fundo Socorro – 115.000,00€

Donativos – 1.479,27€

A Conta 78 – Outros Rendimentos e ganhos, regista um valor de **72.378,87€**, a referir, reembolso IVA alimentação 2.057,35€, consignação de IRS 774,41€, regularização amortizações por via de apoio 39.547,11€, venda terrenos 30.000,00€.

Sendo o total dos rendimentos no valor de **585.271,31€**

Demonstração de Resultados reportam-se ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Da análise dos valores das contas de Custos e Proveitos, resulta do exercício findo um Resultado Líquido no valor de **78.825,39€**.

Índice

Balanço 2018

Demonstração dos Resultados por Naturezas –2018

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Período findo em 31 de Dezembro de 2018

Anexo

1. Identificação da Entidade
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
3. Principais Políticas Contabilísticas
 - 3.1. Bases de Apresentação
 - 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
5. Ativos Fixos Tangíveis
6. Ativos Intangíveis
7. Locações
8. Custos de Empréstimos Obtidos
9. Inventários
10. Rédito
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio
14. Imposto sobre o Rendimento
15. Benefícios dos empregados
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais
17. Outras Informações
 - 17.1. Investimentos Financeiros
 - 17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros
 - 17.3. Créditos a receber
 - 17.4. Outros ativos correntes
 - 17.5. Perdas por imparidade subtraídas das reversões
 - 17.6. Diferimentos
 - 17.7. Outros Ativos Financeiros
 - 17.8. Caixa e Depósitos Bancários
 - 17.9. Fundos Patrimoniais
 - 17.10. Fornecedores
 - 17.11. Estado e Outros Entes Públicos
 - 17.12. Outros passivos correntes
 - 17.13. Fornecimentos e serviços externos
 - 17.14. Outros rendimentos
 - 17.15. Outros gastos
 - 17.16. Resultados Financeiros
18. Acontecimentos após data de Balanço

Balanco Contabilístico em 14 de 2018

Rubricas	Notas	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		552.918,57	606.841,81
Investimentos financeiros		2.311,40	1.655,72
Subtotal		555.229,97	608.497,53
Activo corrente			
Inventários		682,07	478,37
Clientes		1.262,60	14.616,95
Estado e outros entes públicos		2.282,49	221,01
Diferimentos		317,20	0,00
Outros activos correntes		30.089,19	28.514,35
Caixa e depósitos bancários		7.330,49	393,90
Subtotal		41.964,04	44.224,58
Total do activo		597.194,01	652.722,11
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		143.628,52	143.628,52
Resultados transitados		-324.383,18	-248.502,20
Outras variações no capital próprio		544.841,85	584.388,96
Subtotal		364.087,19	479.515,28
Resultado liquido do exercicio		78.825,39	-75.880,98
Total do capital próprio		442.912,58	403.634,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		0,00	13.609,46
Outras contas a pagar		74.314,64	101.381,59
Subtotal		74.314,64	114.991,05
Passivo corrente			
Fornecedores		62.892,21	97.179,01
Estado e outros entes publicos		15.334,87	8.206,59
Outros Passivos correntes		1.739,71	28.711,16
Subtotal		79.966,79	134.096,76
Total do Passivo		154.281,43	249.087,81
Total do capital próprio e do passivo		597.194,01	652.722,11

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas _____

Santa Casa Rosmaninhal

Moeda: EUR
 Contribuinte: 501709550

Demonstração de resultados por naturezas er 13 de 2018 (modelo para ME)

Conta Pos Neg	Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
71/72	Vendas e serviços prestados		236.748,65	248.152,07
75	Subsídios à exploração		276.089,79	196.831,83
73	Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-45.741,22	-96.828,52
62	Fornecimentos e serviços externos		-138.803,12	-136.054,34
63	Gastos com pessoal		-264.183,57	-271.141,78
65	Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos		72.378,87	49.554,68
68	Outros gastos e perdas		-1.013,57	-469,02
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		135.475,83	-9.955,08
761 64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-56.021,07	-64.382,73
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		79.454,76	-74.337,81
79 69	Gasto Líquido de Financiamento		-629,37	-1.543,17
	Resultado antes de impostos		78.825,39	-75.880,98
812	Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
	Resultado líquido do período		78.825,39	-75.880,98

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Técnico oficial de contas _____

Santa Casa da Misericórdia do Rosmanhal NIF 501 169 121

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações nos fundos patrimoniais no período N

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes labóris	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			
6		143 628,52			(249 502,20)				584 388,96	(15 893,96)	403 634,30
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N											403 634,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e respetivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(75 880,68)				(39 547,11)		75 880,98
7					(75 880,68)				(39 547,11)		(39 547,11)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											78 825,39
8											78 825,39
9=7+8											78 825,39
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
10											
11=6+7+8+10		143 628,52			(324 383,18)				544 841,85		442 912,58

(1) - O Eixo, admitindo-se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Santa Casa da Misericórdia do Rosmaninhal NIF 501 169 121

Demonstração (Individual ou consolidada) das alterações nos fundos patrimoniais no período N-1

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade mãe							Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		
1		143 628,52			(154 188,19)			623 936,07	(94 304,01)	519 062,39
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e respetivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
	2				(94 304,01)			(39 547,11)	94 304,01	(39 547,11)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(94 304,01)			(39 547,11)	94 304,01	(39 547,11)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								(75 830,98)	(75 830,98)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
	5				(248 502,20)			584 368,96	(75 860,98)	408 634,30
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+4+5	143 628,52			(248 502,20)			584 368,96	(75 860,98)	408 634,30

Unidade monetária (€)

(€) - O Euro, aditório-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Santa Casa da Misericórdia do Rosmaninhal NIF 501 169 121

Demonstração (individual ou consolidada) dos fluxos de caixa do período findo em 31.12.N e 31.12.N-1

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recabimentos de clientes e utentes	+	259 335,79	245 253,40
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(222 849,69)	(207 216,17)
Pagamentos ao pessoal	-	(179 671,71)	(191 196,78)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(143 185,61)	(153 159,55)
Pagamento/recabimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	179 800,22	126 692,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	36 614,61	(26 467,31)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-		
Ativos intangíveis	-	(2 097,83)	
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(2 097,83)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-	(629,37)	(1 543,17)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(629,37)	(1 543,17)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	33 887,41	(28 010,48)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	(13 341,36)	14 689,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	20 546,05	(13 341,36)

(1) - O Euro adunha-se em função da dimensão e exigências do total, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Controlo

Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Rosmaninhal, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Rosmaninhal, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede Rua do Espírito Santo, 6060-423 Rosmaninhal concelho de Idanha-a-Nova.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s (entre outros):

- 88990 Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.
- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

É uma Associação de Fiéis constituída na Ordem Jurídica Canónica e reconhecida pelo Estado Português, cuja orientação estratégica se desenvolve de acordo com Catorze Obras de Misericórdia:

1 Sete Obras Espirituais – Ensinar os simples; Dar bom conselho a quem o pede; Castigar com caridade os que erram; Consolar os tristes desconsolados; Perdoar a quem errou; Sofrer as injúrias com paciência; Rogar a Deus pelos vivos e defuntos;

2 Sete Obras Corporais – Remir os Cativos; Visitar os presos; Curar os enfermos; Cobrir os nus; Dar de comer aos famintos; Dar pousada aos peregrinos e pobres; Enterrar os mortos.

É pela prática das Obras de Misericórdia que a Instituição prossegue aquela que continua a ser a sua Missão: “Agir concertada e integradamente na comunidade que a envolve, melhorando as condições de vida da sua população, prestando, criando e desenvolvendo serviços nas áreas social e da saúde adequados às necessidades das pessoas/indivíduos e promovendo a solidariedade, a qualidade de vida e a dignidade humana.”

“A SCMS visa ser uma instituição de referência pela qualidade nas áreas social e da saúde a nível local, nacional e transnacional.”

A SCMS definiu a sua Visão, assente nos seguintes Valores:

- Justiça;
- Ética;
- Solidariedade;
- Equidade;
- Qualidade.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir, dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística, e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2016 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2016 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2016 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços, ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem, (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimento se gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram ser levados a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados pelo custo de aquisição, o qual inclui não só custo de compra mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos não são depreciáveis.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

Os gastos com depreciações são reconhecidos na Demonstração de Resultados por Naturezas, na rubrica de Gastos com Depreciações e Amortizações.

Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem, (calculado como a diferença entre o valor de venda menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Instituição é possuidora de “Bens do património histórico e cultural”, nomeadamente arte sacra, mas não estão ainda reconhecidos contabilisticamente.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos, se e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem.

Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Os valores constantes nas rubricas de “Propriedades de Investimento” foram transferidos para as rubricas de enquadramento de “Ativos Fixos Tangíveis”.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

Os ativos intangíveis com vida útil finita, são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano e os efeitos dessas possíveis alterações, são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e

- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.
- O gasto com as amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados, na rubrica de gastos de depreciação e amortização.

3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar, tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade, inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor, de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários, para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado e para os bens doados o justo valor.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Misericórdia se constitui parte, na respetiva relação contratual, ao justo valor.

- Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes desta rubrica, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

- Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e as “outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

- Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação tem ocorrência em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações destes reconhecidos por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação serão incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

- Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

- Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações, que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que, a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos são valorizados ao custo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial, os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço, o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), condicionada à observância continuada dos requisitos mencionados no n.º 3 do referido artigo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público A Entidade possui “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor.

Bens do património histórico, artístico e cultural A Entidade possui “Bens do património histórico, artístico e cultural”, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	983 404,87					983 404,87
Equipamento básico	126 108,78					126 108,78
Equipamento de transporte	56 793,27					56 793,27
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	9 742,84					9 742,84
Outros Ativos fixos tangíveis	29 033,51					29 033,51
Ativos fixos tangíveis em curso						
Total Custo	1 205 083,27	0,00	0,00	0,00	0,00	1 205 083,27
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	340 399,65	48 391,37				388 791,46
Equipamento básico	104 474,46	15 174,02				119 648,48
Equipamento de transporte	56 793,27					56 793,27
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	8 266,24	347,40				8 613,64
Outros Ativos fixos tangíveis	23 925,11	469,94				24 395,05
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total Depreciações	533 858,73	64 382,73	0,00	0,00	0,00	598 241,46
Total Ativos Fixos Tangíveis	671 224,54	64 382,73				606 841,81

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0					0
Edifícios e outras construções	983 404,87					983 404,87
Equipamento básico	126 108,78	1.947,84				128 056,62
Equipamento de transporte	56 793,27					56 793,27
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	9 742,84					9 742,84
Outros Ativos fixos tangíveis	29 033,51	149,99				29 183,50
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00
Total Custo	1 205 083,27	2.097,83	0,00	0,00	0,00	1 207 181,10

Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	388 791,46	48 391,37				437 182,39
Equipamento básico	119 648,48	6 690,90				126 339,38
Equipamento de transporte	56 793,27					59 793,27
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	8 613,64	347,40				8 961,04
Outros Ativos fixos tangíveis	24 395,05	591,40				24 986,45
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total Depreciações	598 241,46					654 262,53
Total Ativos Fixos Tangíveis	606 841,81	56 021,07	0,00	0,00	0,00	550 820,74

6. Ativos Intangíveis Bens do domínio público

A Entidade possui "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Saldo em Aquisições Abates Transferências Revalorizações

7. Locações

A Entidade em 2018 não tinha recorrido à locação financeira.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias							
Mat.-primas, subsid. e de cons.	904,44	96 402,45		478,37	45 944,92		682,07
Prod. Acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
...							
Total							
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				96 828,52			45 741,22
Variações nos inventários da produção							

10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2018
Vendas		
Prestação de Serviços	233 180,85	223 888,55
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Joias	1 636,00	3 307,50
Serviços Secundários	13 335,22	9 552,60
Total	248 152,07	236 748,65

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No período de 2018, não ocorreram variações relativas a provisões:

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2018
Subsídios e apoios do governo		
Acordo segurança-social SAD	69 568,00	83 102,69
Acordo segurança-social CD	10 808,43	7 270,88
Acordo segurança-social LAR	61 915,94	66 722,70
IEFP - Medidas apoio Emprego	3 848,46	2 514,25
Subsídios de outras entidades		
Fundo de Secorro		115 000,00
Município	47 142,50	
Doações	3 548,50	1 479,27
Heranças		
Legados		
Total	196 831,83	276 089,79

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, não houve efeito resultante das alterações das taxas de câmbio.

14. Imposto sobre o Rendimento

As atividades desenvolvidas durante os anos de 2018 e 2017, não foram passíveis de tributação sobre o rendimento.

15. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais são os especificados no quadro seguinte:

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	Joaquim Carreiro Folgado Crespo
1º Secretário	Maria Piedade Folgado F. B. Gonçalves
2º Secretário	João Lobato Folgado Velho
1º Suplente	Ana Rita Folgado Gouveia Serejo
2º Suplente	António André Vicente
Mesa Administrativa	
Provedora	Luísa Maria Carreiro Folgado Serejo
Vice-Provedor	Carlos António Rebelo Monteiro Lobato
Secretário	Maria Robalo Louro
Tesoureiro	José Lobato Antunes
1º Suplente	Maria Fernanda Conceição Madeira Torres
2º Suplente	João Folgado Mendes
Conselho Fiscal	
Presidente	Francisco Tonelo Crespo
1º Vogal	João Martinho Carreiro Costa
2º Vogal	João António Lobato Pina

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Em 31 de dezembro de 2018, a SCMR dispunha de 24 colaboradores

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	220 659,83	211 826,54
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		2 000,00
Encargos sobre as Remunerações	48 147,52	47 230,05
Seguros de Acidentes de Trabalho	2 056,43	2 992,98
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	278,00	240,00
Total	271 141,78	264 289,57

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018, a Entidade detinha “Investimentos Financeiros”:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos Garantia Trabalhadores	1 655,72	655,68		2 311,40
Total	1 655,72	655,68		2 311,40

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos Garantia Trabalhadores	951,47	704,25		1 655,72
Total	951,47	704,25		1 655,72

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros
A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, não apresentava saldos.

17.3. Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2018 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Clientes e utentes c/c	14 616,95	1 262,60
Clientes e utentes títulos a pagar		
Total	14 616,95	1 262,60

17.4. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2018
Adiantamento Fornecedores c/c	120,00	948,41
Adiantamento Fornecedores de Imobilizado c/c	0,00	0
Outros Devedores e Credores	28 394,35	28 394,35
Total	28 514,35	29 342,76

17.5. Perdas por imparidade subtraídas das reversões

Nos períodos de 2017 e 2018 não foram registadas “Perdas por Imparidade”:

17.6. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos devedores

Descrição	2017	2018
Seguro Auto	0,00	32,05
Seguro Multirriscos	0,00	131,44
Seguro A. Pessoais	0,00	153,71
Total	0,00	317,20

17.7. Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, Outros investimentos financeiros.

17.8. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2018
Caixa	62,90	2 816,49
CGD 68030	256,83	4 127,92
CCAM 7711	0,46	32,99
CCAM 6270	-13 609,46	279,38
CGD 76730	73,71	73,71
Total	-13 215,77	7 330,49

17.9. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2017		2018		
	31/dez	Variação	31/dez	variação	01/Jan
Fundos	143 628,52	0,00	143 628,52	0,00	143 628,52
Resultados Transitados	(248 502,20)	(94 304,01)	(324 383,18)	(75 880,98)	(248 502,20)
Outras Variações nos fundos Patrimoniais	584 388,96	(39 547,11)	544 841,85	(39 547,11)	584 388,96
Resultado Líquido do Período	(75 880,98)		78 825,39		(75 880,98)
Total	403 634,30		442 912,58		403 634,30

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018, foram aprovadas pela Mesa Administrativa nesta data.

17.10. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Fornecedores c/c	97 179,01	61 943,80
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	97 179,01	61 943,80

17.11. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Ativo

Descrição	2017	2018
Rir – rendimentos profissionais	221,01	0,00
Iva - reembolso		2 282,49
Total	221,01	2 282,49

Passivo

Descrição	2017	2018
IRC – retenção na fonte	1 412,50	37,50
IRS – Rir-Trabalho dependente	540,09	694,71
Sobretaxa	176,31	0,00
Segurança Social	6 077,69	14 602,66
Total	8 206,59	15 334,87

17.12. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Fornecedores de investimento	33 782,59	29 602,21
Devedores e credores por acréscimo (remunerações)	35 870,59	37 122,45
Outros devedores e credores	31 728,41	7 404,98
Total	101 381,59	74 129,64

Não havia registo de "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2017 e 2018.

17.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 foi a seguinte:

Conta	Descrição	2017	2018
62	Fornecimentos e serviços externos		
621	Subcontratos	0,00	38 986,22
6211	Subcontratos (Alimentação)	0,00	38 986,22
622	Serviços especializados	73 600,09	23 618,46
6221	Trabalhos especializados	4 249,88	5 435,02
6222	Publicidade e Propaganda	25,83	38,75
6223	Vigilância e segurança	250,20	646,68
6224	Honorários	12 036,64	9 799,86
6226	Conservação e reparação	53 566,75	6 741,61
622621	Conservação-edifícios e out. const. - Santa Casa	52 004,74	0,00
622622	Conservação-edifícios e out. const. - Lar	0,00	1 599,00
62263	Conservação-equip. básico	415,65	2 009,28
62264	Conservação-equip. transporte	1 146,36	3 133,33
6227	Serviços bancários	3 004,66	869,64
62281	Outros - aceite pela totalidade	466,13	86,90
623	Materiais	10 461,81	22 513,04
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	557,98	4 188,68
6233	Material de escritório	1 505,98	2 012,60
6234	Artigos para oferta	265,80	420,32
6235	Artigos destinados ao Lar	1 393,31	1 381,87
6236	Material Farmacêutico	4 970,97	2 369,11
62381	Outros - Mercado Nacional	1 767,77	12 140,46
624	Energia e fluidos	30 165,63	34 577,64
6241	Electricidade	17 409,46	18 383,48
62411	Electricidade - Santa Casa	2 281,04	0,00
62412	Electricidade - Lar	15 128,42	0,00
6242	Combustíveis	9 205,21	11 397,18
62421	Combustíveis - gasóleo	3 476,11	3 840,57
62423	Combustíveis - gás	5 729,10	7 556,61
6243	Água	3 550,96	4 796,98
62431	Água - Mercado Nacional - Santa Casa	594,82	0,00
62432	Água - Mercado Nacional - Lar	2 956,14	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	687,83	273,13
6251	Deslocações e estadas	524,10	0,00
6252	Transporte de Pessoal	163,73	164,50
62521	Transporte de pessoal - Serviço Taxi	50,00	0,00
62522	Transporte de Pessoal - Transporte de Doentes	113,73	108,63
626	Serviços diversos	22 143,05	19 151,83
6261	Rendas e alugueres	88,56	88,56
62611	Rendas de imóveis	0,00	0,00
626121	Aluguer de Equipamentos -MN	88,56	88,56
6262	Comunicação	2 388,87	2 825,76
626211	Comunicação-despesas postais - MN	77,14	94,22
626221	Comunicação-telefones e out - MN	2 311,73	2 731,54
6263	Seguros	2 810,81	2 220,31
62631	Seguros - ramo incêndio	967,06	1 561,61
626321	Seguros - ramo acidentes pessoais	264,46	229,10
62635	Seguros - ramo viaturas	1 579,29	429,60
62671	Limpeza, higiene e conforto - Mercado Nacional	16 854,81	14 017,20
	Total	137 058,41	139 120,32

17.14. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Outros Rendimentos e Ganhos		
Correções relativamente a períodos anteriores	3 337,85	0,00
Imputação de subsídios para investimento	39 547,11	39 547,11
Reembolso IVA	6 220,28	2 057,35
Consignação IRS	449,44	774,41
Venda Terrenos		30 000,00
Total	49 554,68	72 378,87

17.15. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Impostos	109,02	65,13
Donativos	0,00	0,00
Quotizações	360,00	480,00
Outros	0,00	468,44
Total	469,02	1 013,57

17.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2018
Gastos Financeiros	1 543,17	629,37
Reditos Financeiros	0,00	0,00
Total	1 543,17	629,37

18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Rosmanihal, 12 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

A MESA ADMINISTRATIVA,